

BASTOS, SUSANA PEREIRA, *O Estado Novo e os Seus Vadios*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

Esta obra, integrada na colecção Portugal de Perto, resulta de um dos trabalhos de investigação que a autora levou a cabo e que contribuiu para a sua dissertação de doutoramento na Faculdade Nova de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. *O Estado Novo e Seus Vadios* é um trabalho pertinente para as Ciências Sociais ao retratar as diferentes representações sobre a mendicidade e a vadiagem que o Estado Novo conheceu, utilizou e transformou em conceitos socialmente operantes.

A noção de marginal como «ocioso», «impuro», «imoral», «contaminante», «corruptor» e «socialmente perigoso» – o que contrastava com as práticas de solidariedade tradicionais, ou seja a mendicidade como estratégia socialmente compreendida como superação das incertezas geradas pelo quotidiano –, conduz-nos a uma reflexão actual sobre o significado atribuído à ideia de marginal, e como a sociedade divulga discursos subtis que conduzem, de uma maneira ou de outra, à exclusão social.

A autora refere os critérios instituídos para que os marginais fossem considerados como um perigo social. Esses critérios traduzem os discursos produzidos pelas elites que explicavam o facto de os mendigos e seus equiparados serem integrados numa mesma instituição social. Assim, os marginais eram confinados em espaços específicos, relativos ao seu estatuto: prostitutas, homossexuais, mendigos, doentes mentais e presidiários. Neste sentido, as elites assumem um papel importante na construção das identidades desviantes, ao legitimar estratégias de distanciamento.

A estrutura da obra desenvolve-se em torno da concepção do mendigo, traçando o perfil antropológico da população «reclusa», revelando a mendicidade como uma chaga social para a modernização da sociedade. Para atingir este objectivo, a autora organiza o seu texto, após uma Introdução, em seis capítulos de que nos permitimos destacar o número três, “E se os marginais não fossem marginais?”, onde são levantadas duas questões, a nosso ver, extremamente relevantes no que concerne a definição do próprio conceito de marginalidade; um outro capítulo que também nos parece de útil leitura é o número cinco que trata a questão da instauração de um modelo institucional durante as décadas de trinta e quarenta. Aqui, mais que no resto da obra, é tratado o imaginário relacionado com a mendicidade conducente ao próprio modelo institucional.

Finalmente, a Conclusão aborda dois dos aspectos fundamentais da obra: por um lado, compreender o “vadio-mendigo” e as razões que o levam, de institucionalmente aceite até ao fim do século XIX, a socialmente segregado a partir da década de trinta; por outro, retomar os argumentos, paradigmas e preconceitos que, ao longo do Estado Novo, pesaram sobre o “vadio-mendigo”.

Pelo que fica dito, julgamos esta obra interessante para o público especializado (Antropólogos, Sociólogos), mas não só: também os estudantes dos mais diversos ramos das Ciências Sociais a lerão com proveito. A linguagem acessível e a actualidade do tema tornam-na também objecto potencial de interesse por parte de um público bem mais vasto.